

# Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista<sup>1</sup>

*(Symbolic violence practices of the masculine domination culture: a behavioral interpretation)*

Jordana Fontana<sup>+</sup> y Carolina Laurenti<sup>2\*\*</sup>

\*Universidade Estadual de Londrina

\*\*Universidade Estadual de Maringá

(Brasil)

## RESUMO

Debates sobre gênero e feminismo têm aparecido cada vez mais no escopo teórico da abordagem comportamentalista, enfatizando a importância de examinar as contingências culturais que mantêm a dominação masculina em vigor. Segundo Bourdieu, as práticas de violência simbólica desempenhariam um papel importante na manutenção da cultura de dominação masculina, uma vez que esse tipo de violência seria mais difícil de ser combatido, dado seu caráter sutil e inconsciente. O objetivo do artigo é examinar as práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina de acordo com a estrutura da contingência cultural de três termos, constituída por contexto, práticas e consequências culturais. Foram examinadas práticas como: divisão de espaços e atividades entre gêneros, inferiorização da feminilidade, conformação a padrões de estética e práticas sexuais voltados à fruição masculina. O contexto dessas práticas é produto do controle social exercido pelas agências controladoras, que difundem práticas de violência simbólica por meio do reforçamento diferencial e controle ético, propiciando aos homens um maior controle e acesso a importantes reforçadores sociais. As práticas de violência simbólica são mantidas por consequências favoráveis à sobrevivência da cultura de dominação masculina, beneficiando alguns grupos comandados majoritariamente por homens (agências controladoras) pela manutenção de poder e privilégios masculinos.

*Palavras-chave:* dominação masculina; gênero; cultura; contingência de três termos; análise do comportamento; política.

---

1 Informação sobre a origem e financiamento da pesquisa do manuscrito: o presente trabalho está baseado na dissertação de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda, e foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 1736509.

2 Carolina Laurenti. Departamento de Psicologia (bloco 118, sala 04). Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790 – Jardim Universitário – CEP: 87020-900 – Maringá-PR. E-mail de contato: clautenti@uem.br

**ABSTRACT**

There is a trend of studies emphasizing the possibility of debates on gender and feminism within the theoretical scope of Behavior Analysis, which aim to understand, among other aspects, the masculine domination system. According to Bourdieu, the practices of symbolic violence would have an important role in maintaining the culture of masculine domination, since it would be more difficult to deal with this type of violence, given its subtle and unconscious character. The lasting and historical character of masculine domination, implying a temporality that goes beyond the life span of the individual, provides elements to discuss masculine domination as a culture from a behavioral perspective. The Skinnerian notion of culture might be understood within the structure of the three-term contingency, constituted by context, practices and cultural consequences. This article examines some examples of symbolic violence practices according to the cultural three-term contingency, such as: division of spaces and activities between genders, femininity downgrading, beauty patterns conformity, and practices related to sexuality. The context in which these practices occur is, to a large extent, the product of social control exercised by the controlling agencies and sub-agencies that reproduce and perpetuate practices of symbolic violence through several behavioral processes, such as differential reinforcement and ethical control, which provide men with greater control and access to important social reinforcers. These practices are maintained for consequences favorable to the survival of the masculine domination culture, benefiting some groups, such as the controlling agencies (commanded mainly by men), through the maintenance of a hierarchical system of power and male privileges. Analyzing masculine domination as a culture implies abandoning essentialist conceptions, while highlighting the need to emphasize the political dimension in the study of culture in Behavior Analysis.

*Key-words:* masculine domination; gender; culture; three-term contingency; behavior analysis; politics.

A dominação masculina pode ser entendida como “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (Delphy, 2009, p. 173). Esse sistema de dominação tem sido alvo de estudos feministas, estendendo-se inclusive ao campo da psicologia. Há uma tendência de estudos que vem sendo explorada, sobretudo no Brasil, numa tentativa de buscar uma aproximação da Análise do Comportamento com o feminismo (Couto & Dittrich, 2017; Freitas & Morais, 2019; Mizael, 2019; Nicolodi & Arantes, 2019; Silva & Laurenti, 2016). Ruiz (2003) já discutiu a possibilidade de que conceitos feministas fossem debatidos à luz da abordagem comportamentalista, afirmando que “um maior entendimento do controle exercido por práticas culturais relacionadas ao gênero poderia enriquecer o campo da Análise do Comportamento” (Ruiz, 2003, p. 12). Ruiz (2003) argumentou ainda que compreender as práticas relacionadas ao gênero implica na visão de que “mulheres e homens participam de *contingências culturais* muito diferentes” (Ruiz, 2003, p. 13, *itálicos adicionados*), situando a discussão no nível cultural.

Na Análise do Comportamento existem diferentes maneiras de definir o que se entende por contingências culturais, ou até mesmo de explicar comportamentalmente a cultura (cf. Carrara, 2016; Carrara & Zilio, 2015; Glenn, 1986; Guerin, 2016; Melo & de Rose, 2012; Zilio, 2016). Este texto pauta-se em uma proposta de explicação da cultura centrada na noção de contingência de três termos (Fontana & Laurenti, 2020)<sup>1</sup>. Nessa proposta, o destaque é

dado ao conceito de *contingência*, que foi utilizado por Skinner (e.g., 1971, 1981/1984, 1989) para explicar fenômenos nos três níveis de variação e seleção: “. . . (i) *contingências de sobrevivência* responsáveis pela seleção natural, e (ii) *contingências de reforçamento* responsáveis pelos repertórios dos indivíduos, incluindo (iii) as *contingências especiais* mantidas por um ambiente social evoluído” (Skinner, 1981/1984, p. 477, itálicos adicionados).

No caso do terceiro nível de variação e seleção, uma cultura pode ser caracterizada por um conjunto de práticas culturais (os “comportamentos” habituais de um grupo, transmitidos de geração a geração), cuja compreensão exige que sejam situadas nas suas relações com o ambiente físico e, principalmente, social (Skinner, 1971). Desse modo, seria possível delinear uma explicação comportamental da cultura recorrendo a uma contingência de três termos que contemplasse: um conjunto de práticas culturais, que ocorrem em um contexto social, e produzem consequências para o grupo que adota essas práticas.

Essa possibilidade de explicação comportamental da cultura será explorada no escopo deste artigo centrando-se em uma problemática social específica, a dominação masculina. Isso será feito pautando-se nas análises de Pierre Bourdieu (1930-2002), que destaca as práticas de violência simbólica como um dos elementos fulcrais para o entendimento da dominação masculina (Bourdieu, 1998/2017). O objetivo do artigo é, então, examinar as práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina de acordo com a estrutura da contingência cultural de três termos, constituída por contexto, práticas e consequências culturais. Seguindo ainda as considerações de Bourdieu de que suas análises poderiam ser úteis para compreender a dominação masculina em diferentes sociedades, o artigo ilustra as discussões com alguns dados relativos à sociedade brasileira.

## DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A despeito de críticas por ser uma figura masculina descrevendo a condição da mulher na sociedade (Apfelbaum, 2009), a obra de Bourdieu “Dominação masculina” é considerada referência na literatura sobre o assunto, devido à sua análise histórica e abrangente com foco em aspectos sociais e culturais (Burkhart, 2017). Para estudar a dominação masculina, e para fugir da familiaridade de sua própria tradição, o autor optou por uma estratégia de análise etnográfica de uma sociedade histórica específica, a Cabília, situada em uma região da Argélia. Bourdieu concentrou-se, então, na investigação dos costumes cabilos para descrever o sistema de dominação masculina, especialmente por caracterizar-se como uma sociedade tipicamente “androcêntrica” (Bourdieu, 1998/2017, p. 15). Todavia, ele afirma que sua análise não se restringe apenas a essa sociedade, visto que os princípios descritos em sua obra poderiam ser utilizados no estudo das relações de dominação masculina de sociedades que exibem hierarquias de gênero em favor dos homens.

Segundo Bourdieu (1998/2017), a dominação masculina é “um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (pp. 53-54), que estabelece uma hierarquização entre o feminino e o masculino, tratando o que é feminino com um preconceito desfavorável. Para o autor, essas “estruturas de dominação” são “estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado e que se reproduzem por meio da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços” (Bourdieu, 1998/2017, p. 124). O caráter duradouro e histórico da dominação masculina – com uma temporalidade que ultrapassa o tempo de vida do indivíduo –, aliado à noção de que se trata de uma estrutura social que se reproduz por meio do comportamento

individual permitem discutir a dominação masculina como uma cultura de uma perspectiva comportamentalista.

Na dominação masculina, a hierarquização entre gêneros, na qual os homens são beneficiados, pode ser entendida comportamentalmente em termos de assimetrias nas relações de controle social, pois “o grau de controle que o indivíduo que obtém mais benefícios exerce sobre o comportamento do outro é superior ao grau de controle exercido pelo indivíduo que se beneficia menos na relação” (Nicolodi & Arantes, 2019, p. 73). Nesse sentido, a discussão sobre o controle social do comportamento no âmbito da dominação masculina precisa ser perpassada por aspectos políticos, como as noções de poder e privilégio. Em relação ao poder, Terry, Bolling, Ruiz e Brown (2010) descrevem que “pessoas que são chamadas de ‘poderosas’ são aquelas que controlam os reforçadores mais importantes em uma relação entre as partes” (p. 108). Com respeito ao privilégio, as mesmas autoras dizem que “privilégio de uma perspectiva analítico-comportamental pode ser compreendido como acesso diferencial a reforçadores mais importantes” (p. 111). Assim, na cultura de dominação masculina, a posição hierarquicamente superior dos homens pode ser descrita em termos de seu maior controle (poder) e acesso (privilégio) a reforçadores sociais importantes, em comparação com as mulheres.

Embora tenha indicado que a manutenção dessa cultura desigual envolve diferentes formas de violência, Bourdieu (1998/2017) discutiu mais detidamente um tipo específico de violência, que se dá de maneira bastante sutil: a *violência simbólica*<sup>2</sup>. Trata-se de “uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e, como que por magia, sem qualquer coação física” (p. 50). O enfoque na violência simbólica não significa minimizar o papel de outros tipos de violência sofridos diariamente por mulheres, como a física e a sexual, mas de fazer notar que o simbólico não é irreal e fantasioso, e que tem efeitos reais (Bourdieu, 1998/2017). De uma perspectiva comportamental, violência pode ser entendida como “um conjunto de relações organismo/ambiente (comportamentos) envolvendo algum tipo de função coercitiva” (Carvalho Neto, Alves, & Baptista, 2007, p. 40), sendo que coerção não implica necessariamente a presença de controle aversivo (Hunziker, 2017) – esse aspecto ajudará inclusive a elucidar, como será visto em momento oportuno, o caráter menos visível da violência simbólica. À semelhança de Bourdieu, Ruiz (2003) chama a atenção para a natureza “sutil e inconspícua” (p. 14) do controle das contingências culturais diferenciais às quais homens e mulheres são expostos, sendo as mulheres sujeitas a um controle social que pode passar despercebido a quem observa.

Além da sutilidade, Bourdieu (1998/2017) complementa que a violência simbólica é distinguida pelo seu aspecto inconsciente, dizendo que ela ocorre “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação” (p. 13). Entendido conforme conceitos analítico-comportamentais, os esquemas inconscientes de percepção e apreciação descrevem relações controladoras entre comportamento e ambiente nas quais há “falta de comportamentos de auto-observação e de autodescrição e . . . a falta do relato de variáveis controladoras” (Silveira & Almeida, 2010, p. 71), de modo que tanto os homens quanto as mulheres não se tornam capazes de descrever verbalmente seu comportamento e as variáveis das quais é função.

A estratégia de analisar uma cultura por meio da estrutura da contingência de três termos tem como primeiro passo identificar as práticas que caracterizam essa cultura (Fontana, 2019). Bourdieu (1998/2017) enfatizou que as práticas de violência simbólica desempenhariam um papel importante na manutenção da cultura de dominação masculina, uma vez que esse tipo de violência, por ser sutil e inconsciente, seria mais difícil de ser combatido. Acompanhando essa análise de Bourdieu, a interpretação comportamental da cultura da dominação

masculina, proposta aqui, iniciará com uma descrição de algumas práticas de violência simbólica, bem como dos comportamentos individuais que as mantêm, para, então, considerar a sua relação com o contexto e com as consequências culturais.

## EXEMPLOS DE PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Uma das práticas de violência simbólica é a *divisão de espaços entre gêneros*, sendo os homens destinados ao espaço público e as mulheres à esfera privada. No caso do Brasil, um exemplo conspícuo dessa divisão pode ser verificado no âmbito dos espaços formais de participação política, representados por cargos eletivos do poder Executivo e Legislativo, que foram e ainda são ocupados majoritariamente por homens. Mesmo constituindo mais de 50% do eleitorado do Brasil, a participação política das mulheres em todos os cargos eletivos resulta numa média de 14% (Brasil, 2016).

Bourdieu (1998/2017) discute também que, além da divisão de espaços entre gêneros, há uma *divisão de atividades entre homens e mulheres*. Segundo o autor, mulheres restringem-se a atividades relacionadas a cuidados que, geralmente, têm menor prestígio social, enquanto homens ocupam posições consideradas de maior valor e responsabilidade. Isso é refletido no contexto laboral, no qual homens ainda são vistos como os provedores da família; já o trabalho doméstico (cuidar da casa e da família), destinado às mulheres, é considerado menos importante (Leite, 2017). Além disso, mesmo que as mulheres estejam integrando-se ao espaço público na condição de trabalhadoras remuneradas e até desempenhando atividades de provedoras principais do lar, ainda permanece, “no plano simbólico”, “a associação do feminino com o espaço privado da família” (Oliveira, 2005, p. 146) e com as atividades de cuidado a ele vinculadas.

É no contexto de práticas culturais que os diversos locais e papéis sociais destinados aos diferentes gêneros ganham sua elucidação, e não em supostas essências masculinas e femininas (Bourdieu, 1998/2017). É também no âmbito dessas práticas que são construídos, por reforçamento diferencial, e outros processos (ver Freitas & Morais, 2019), os “interesses e habilidades” de homens e mulheres em função dos diferentes prospectos que a sociedade estabelece a cada um dos gêneros. Em tese, não há “nada errado com um ser humano se identificando com os papéis sociais mais comuns para o seu sexo, desde que eles tenham um valor social similar. Mas não é esse o caso” (Díaz, 2009, p. 7), sobretudo quando as diferenças entre homens e mulheres são construídas na cultura de dominação masculina.

Nessa cultura, a divisão de espaços e atividades entre gêneros é estabelecida e mantida por estratégias de silenciamento e desqualificação de temas e questões das mulheres como formas obstruir a inclusão delas na vida pública (Rago, 2001). A prática de divisão de espaços e atividades restringe o controle e o acesso das mulheres a reforçadores sociais importantes produzidos por comportamentos emitidos na esfera pública (e.g., conquista e garantia de direitos), sendo alijadas do controle de contingências (e.g., processos de tomada de decisão no domínio público) que afetariam diretamente as possibilidades de se alcançar relações sociais mais equilibradas entre os gêneros.

Essa divisão entre espaços e atividades demonstra que não há apenas uma diferença entre homens e mulheres, mas também o estabelecimento de relações de desigualdade entre eles, o que remete à outra prática de violência simbólica examinada por Bourdieu (1998/2017): a *inferiorização da feminilidade*. No âmbito dessa prática, aspectos relacionados ao feminino (e.g., emoção, sensibilidade, delicadeza, roupas) são tratados de maneira pejorativa. Em uma

cultura de dominação masculina, mulheres são vistas como essencialmente emotivas e sensíveis, e, por isso, não teriam condições de assumir cargos públicos, que requereriam racionalidade e firmeza (Bourdieu, 1998/2017). Quanto à indumentária, Rago (2001) destaca que a maior necessidade de roupas e ornamentos já foi parâmetro para atestar o baixo nível de uma cultura. Como essas características estavam atreladas ao feminino, a feminização da cultura seria indício de decadência cultural (ver pp. 61-62).

De uma perspectiva comportamentalista, as práticas de inferiorização feminina podem ser entendidas em termos de classificação social de comportamentos (controle ético), segundo a qual comportamentos são valorados positivamente (i.e., reforçados) ou negativamente (i.e., punidos) conforme as consequências que têm para determinados grupos (Skinner, 1953). Na cultura de dominação masculina, o que é associado ao feminino (e.g., espaços, atividades, objetos) é valorado negativamente como inferior, de modo que “feminino” acaba adquirindo uma função aversiva, sendo a misoginia, então, um dos pilares dessa cultura. Em vista disso, a própria construção e valorização do “masculino” pode, em parte, envolver a classificação “mulher” como forma de punição de comportamentos emitidos por homens que se assemelhem ao “feminino”, contribuindo para a constituição de padrões de fuga e esquiva dessa classificação – uma prática que pode estar na base de comportamentos violentos e de objetificação de mulheres (ver documentário de Newsom et al. (2015), *The mask you live in*).

Outra prática de violência simbólica analisada por Bourdieu (1998/2017) diz respeito à *adequação aos padrões de beleza*, cujos parâmetros estéticos são definidos pela fruição masculina. A relação da mulher com seu corpo pode ser permeada pelas contingências de dominação masculina, quando é estabelecida uma contingência de reforçamento social segundo a qual eventos potencialmente reforçadores liberados por homens (e.g., atenção social, relacionamento afetivo-sexual, elogios), em uma relação heterossexual patriarcal, só seriam obtidos quando mulheres emitissem comportamentos de atenção ao corpo que satisfizessem um dado padrão de beleza, cujo preceito é agradar o olhar do homem, como um objeto atraente e desejável (Wolf, 1991/1992). Na sociedade brasileira, esse ideal estético é “branco, jovem, loiro e magro”, e a adequação a esse ideal torna “certas mulheres mais aptas a serem ‘preferidas’ do que ‘preteridas’” (Baére & Zanello, 2018, p. 169). É difundida ainda a noção de que esse padrão estético é passível de ser alcançado por todas as mulheres, de sorte que são consideradas inferiores (ou “menos mulher”) aquelas que não o logram – não apenas do ponto de vista estético, mas moral, pois há “uma transformação da estética para valores éticos, de maneira que cabe à mulher os cuidados com seu corpo e o dever moral de ser bela” (Zanello, Fiuza & Costa, 2015, p. 239). A adequação aos padrões de beleza está igualmente relacionada com o desenvolvimento da autoestima: uma pesquisa global indicou que mais da metade das meninas e mulheres do mundo sentem-se pressionadas para manter seus corpos de acordo com os padrões de beleza e consideram sua autoestima baixa: apenas 4% das mulheres e 11% das meninas em todo o mundo sentem-se bonitas (Dove, 2017). Dado que a autoestima é um sentimento que emerge em contingências de reforçamento positivo sociais verbais (Skinner, 1989), quando as mulheres não atingem o padrão de beleza estabelecido pelas práticas de dominação masculina, presumivelmente não obterão os reforçadores sociais atrelados a esse padrão, ao passo que podem também ter o seu corpo valorado negativamente, criando condições para que percebam e sintam seus corpos como algo ruim ou feio.

As *práticas sexuais* das mulheres se configuram como outro exemplo de violência simbólica (Bourdieu, 1998/2017). Considerando, por exemplo, que na cultura de dominação masculina potência e bom desempenho sexual endossam masculinidade, o comportamento

de mulheres de fingir orgasmo (G1, 2016) produz reforçadores para o comportamento sexual masculino atrelados ao padrão de virilidade sexual imposto à figura masculina na nossa sociedade. Com isso, mulheres podem ser classificadas socialmente pelos homens como “boas parceiras sexuais” – uma vez que o “orgasmo” chancela a virilidade sexual do parceiro –, ou evitar a punição social por não serem assim reconhecidas. Uma pesquisa realizada por Oliveira e Abdo (1996) também demonstrou que é comum que mulheres brasileiras tenham dificuldades ou impossibilidade de chegar ao orgasmo, sentindo dores durante as relações sexuais. Skinner (1953) discute como comportamentos sexuais de mulheres são punidos, enquanto os mesmos comportamentos, quando emitidos por homens, não são consequenciados com eventos aversivos. Isso cria condições para que comportamentos sexuais de mulheres sejam usualmente acompanhados de sensações de estar fazendo algo errado, e o sexo pode tornar-se menos reforçador para mulheres do que é para homens.

Bourdieu (1998/2017) destaca que as práticas de violência simbólica produzem alguns efeitos específicos para as mulheres. Um desses efeitos é a *impotência aprendida*, que faz com que mulheres se sintam incapazes de realizar atividades tipicamente masculinas (Bourdieu, 1998/2017). Muitos comportamentos são reforçados apenas quando emitidos por homens, como o engajamento em atividades sexuais, o ingresso em carreiras em áreas públicas, relacionadas à ciência, tecnologia ou cargos públicos de poder. Mulheres que vivem sob controle das contingências da cultura de dominação masculina não são reforçadas ao realizar “atividades masculinas”, e acabam não emitindo diversos outros comportamentos similares considerados socialmente inapropriados à figura feminina. Essa discussão se relaciona ao conceito de autoconfiança: segundo Skinner (1989), um indivíduo desenvolve confiança em si mesmo pela exposição a situações nas quais emite comportamentos que produzam reforçadores que fortaleçam a emissão desses comportamentos. A autoconfiança desenvolve-se, então, a partir de comportamentos bem-sucedidos, ou, em outras palavras, é “o efeito mais imediato do sucesso” (p. 31). Como o comportamento de mulheres não é geralmente reforçado em casos de exposição a diversas situações que envolvam espaços e atividades considerados masculinos, a impotência aprendida pode ser compreendida como uma falta de autoconfiança devido à ausência de reforçamento ao emitir comportamentos “típicos dos homens”.

No âmbito das práticas que fazem parte da cultura de dominação masculina, mulheres emitem comportamentos os quais Bourdieu (1998/2017) denomina de *intuição feminina*: uma sensibilidade aprendida a perceber formas de comunicações não vocais que se espera das mulheres. De fato, na sociedade atual ainda é mantida a ideia de que a mulher possui um “sexto sentido” e que a “essência feminina” é constitutivamente mais intuitiva e sensível (Estés, 1999). Por outro lado, Skinner (1974) afirma que “uma pessoa é modificada pelas contingências de reforçamento em que age . . . de tal forma que os estímulos controlam agora tipos particulares de comportamento perceptivo” (p. 93-94). Aplicando essa análise à cultura de dominação masculina, pode-se dizer que no domínio das contingências sociais inconspícuas dessa cultura, as mulheres aprendem a ver e ouvir sob controle de alguns estímulos atrelados a situações de cuidado do outro e de evitação de conflitos interpessoais, de modo que passam a responder de maneira mais rápida e efetiva nessas circunstâncias, sendo, então, consideradas mais cuidadoras e compreensivas que os homens, que usualmente não são expostos a esse tipo de controle de estímulos. Como esses comportamentos são reforçados socialmente, esses repertórios são tão fortalecidos que passam a ser vistos como inatos e intuitivos, subscrevendo a concepção essencialista do papel feminino.

Outro aspecto que pode ser influenciado por uma cultura de dominação masculina diz respeito aos *padrões emocionais*. Bourdieu (1998/2017) relata que as mulheres poderiam sofrer com algumas emoções desencadeadas por homens, como vergonha, humilhação, ansiedade, timidez, culpa, além de manifestações mais visíveis como enrubescer, gaguejar e sentimentos de medo ou raiva. A discussão de Skinner (1953) sobre reações emocionais elucida alguns fatores descritos por Bourdieu: as reações emocionais dos indivíduos são afetadas pela cultura, o que resulta em certos padrões emocionais (e. g., medo, amor, raiva). Devido às contingências de dominação masculina sob as quais indivíduos são expostos ao longo da vida, cada gênero pode, então, exibir um padrão emocional distinto. As contingências de reforçamento social que instalam padrões comportamentais viris podem estabelecer paralelamente padrões emocionais de raiva e agressividade em homens. Já as mulheres, em razão do histórico de punição de comportamentos e exposição a diferentes formas de violência, sentem medo, o que pode funcionar como estímulos aversivos que participam do desenvolvimento de repertórios comportamentais de esquiva (e. g., evitar andar na rua sozinha à noite ou evitar usar determinadas roupas) (Berta, Ornelas & Maria, 2007).

Todavia, Bourdieu (1998/2017) afirma que a submissão também pode resultar em sentimentos considerados socialmente positivos, como amor, admiração e respeito. É o que o autor denomina de *submissão encantada*. Uma das explicações de Bourdieu é que as mulheres são elogiadas quando agem em conformidade ao que é esperado delas no sistema de dominação masculina (e. g., quando são submissas, quando exercem tarefas que lhe são atribuídas como femininas). Assim, mulheres podem cumprir o que lhes é destinado com *felicidade*. Em decorrência disso, as reações emocionais de mulheres que têm seus repertórios comportamentais desenvolvidos sob influência de contingências de dominação masculina também podem se caracterizar como “positivas”. Isso pode ser explicado por meio do controle por reforçamento positivo descrito por Skinner (1971) na discussão do “escravo feliz”. Segundo o autor, o controle por meio de reforçamento positivo também pode caracterizar exploração e opressão, e o fato de esse tipo de controle não ser tão conspícuo quanto formas de controle aversivo pode reduzir as possibilidades de contracontrole. Assim, o caráter sutil das práticas de violência simbólica pode ser também elucidado pelo controle por reforçamento positivo, fazendo com que não sejam tão facilmente discriminadas como outras formas de violência contra a mulher, como a violência física ou ofensa verbal, mas que ainda mantêm as mulheres sob controle de contingências de dominação.

Uma vez caracterizadas algumas práticas culturais de violência simbólica que integram a cultura de dominação masculina, bem como alguns de seus subprodutos específicos, o segundo passo em uma análise comportamental da cultura, orientada pela noção da contingência cultural de três termos, é analisar o contexto em que se dão essas práticas.

## O CONTEXTO DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Na análise comportamental da cultura, proposta aqui, o “contexto” pode ser entendido como o ambiente social no qual práticas de uma cultura são transmitidas. Como destacou Skinner (1953), em sociedades contemporâneas, esse ambiente social é, em boa medida, organizado por agências controladoras, que “usualmente são mais organizadas do que o grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso” (Skinner, 1953, p. 333). Consequentemente, nessas sociedades, a transmissão de práticas culturais envolve formas de controle social organizadas e mantidas por agências: “um sistema ou agência de controle dominante

pode manter um conjunto de práticas em vigor” (Skinner, 1971, p. 32). Esse também parece ser o caso da cultura de dominação masculina, na qual as agências controladoras desempenham um papel relevante na difusão de práticas de violência simbólica<sup>3</sup>. Por isso, a discussão do contexto dessas práticas enfatizará o controle institucional.

Segundo Bourdieu (1998/2017), a instituição escolar pode contribuir para perpetuar práticas de violência simbólica, pois ela encaminha “modos de pensar e modelos arcaicos . . . e um discurso oficial sobre o segundo sexo” (p. 104). Uma pesquisa realizada com docentes de ensino fundamental demonstrou que os próprios professores apontam as profissões de cuidados como médica, dentista, psicóloga e enfermeira como próprias para mulheres; e profissões que exigem força, com formação técnica, policiais e militares e diretores de escola como próprias para homens (Silva, Barros, Halpern, & Silva, 1999). Até mesmo a distribuição diferencial de brinquedos em função do gênero leva meninos a se engajar em atividades de ciência e matemática, enquanto meninas brincam com itens de limpeza, organização e cuidados que são menos valoradas socialmente (Bento, 2011; Vianna & Finco, 2009). Para Skinner (1953), a primeira agência organizada de controle com a qual os indivíduos têm contato é a educacional, e nela o foco está mais voltado para a aquisição de comportamentos. Assim, no que diz respeito à dominação masculina, a divisão de espaços e atividades, e a hierarquização entre gêneros a ela associada, já pode ser reproduzida no âmbito escolar, por meio do ensino de determinados padrões de comportamentos, inferiorizando o feminino.

A igreja é outra instituição que reproduz e perpetua a dominação masculina (Bourdieu, 1998/2017). As religiões judaico-cristãs, predominantes na cultura ocidental, “naturalizam” as relações de poder de homens sobre mulheres por meio da violência simbólica, exortando as relações de submissão e obediência femininas (Rodrigues, Nascimento & Nonato, 2015). Uma reportagem realizada por uma agência de jornalismo investigativo (Publica, 2019) demonstrou que obediência e submissão são atitudes esperadas de mulheres evangélicas, e isso é ensinado em cultos. Dentre os relatos compilados na reportagem, estão diversas falas de líderes religiosos que utilizam de escrituras bíblicas para pregar a necessidade de submissão, de cuidado com o marido e com a casa e, também, para culpabilizar mulheres por violências sofridas no passado (Publica, 2019). De um ponto de vista comportamentalista, pode se compreender que a agência religiosa auxilia no estabelecimento de práticas de dominação masculina, utilizando mandamentos e inscrições bíblicas como descrição de contingências com a função de compelir a obrigatoriedade da submissão feminina, a responsabilidade pela manutenção do casamento e a punição por comportamentos sexuais não atrelados à reprodução. Os comportamentos são classificados como virtuosos e pecaminosos, e se a mulher se comportar de formas não submissas, emitindo comportamentos considerados vulgares ou pecaminosos pela agência religiosa, possivelmente sentirá o que é denominado por Skinner (1953) de “sensação de pecado”.

Para Bourdieu (1998/2017), o Estado também funciona como uma instituição que subverte relações de dominação masculina. No Brasil, isso pode ser visto, por exemplo, na falha de penalização de crimes de violências contra as mulheres (Andrade, 2005). Em decorrência do sistema de dominação masculina, que tende a silenciar e culpabilizar mulheres, poucos casos são denunciados (Jong, Sadala, & Tanaka, 2008); quando o são, o processo da denúncia pode fazer com que a mulher seja revitimizada, isto é, exposta repetidamente a estímulos aversivos envolvidos na violência (e.g., contar a história várias vezes para diferentes profissionais, encarar o agressor), e, muitas vezes, os casos não são devidamente julgados (Pasinato, 2015).

A participação da agência econômica não é diretamente descrita na obra de Bourdieu, mas os aspectos dessa agência podem ser incluídos no que o autor relatou sobre como o Estado instancia as práticas de dominação masculina. Bourdieu (1998/2017) discute que, para determinados trabalhos, normalmente com remuneração mais alta, são requisitadas características tipicamente masculinas, fazendo com que mulheres sejam excluídas de algumas profissões e fiquem com trabalhos com menor remuneração. Marçal (2017) discute que o conceito de “homem econômico” (ser humano ideal para o meio empresarial de acordo com os princípios de certos economistas) é um ser racional e egoísta, função que caberia exclusivamente aos homens. Para Skinner (1953), a agência econômica induz indivíduos a realizar determinadas formas de trabalho devido a reforçadores como dinheiro ou bens. Dessa maneira, ao ter um ideal de “homem econômico” com características tipicamente masculinas, a agência econômica confere privilégio aos homens no mercado de trabalho, promovendo a manutenção de um sistema no qual mulheres desempenham tarefas com menor prestígio.

Bourdieu (1998/2017) também inclui o papel da família na propagação de práticas de dominação masculina. A família pode expor as crianças precocemente à violência simbólica, inserindo essa estrutura a partir do ensino do modelo patriarcal de família e da submissão feminina pautada, entre outras coisas, na divisão sexual do trabalho determinada pela agência econômica. Uma pesquisa realizada com crianças de 6 a 14 anos demonstrou que em relação às atividades relacionadas à organização doméstica, maiores responsabilidades são atribuídas às meninas. Os dados mostram que a porcentagem de participação de meninas e meninos, respectivamente, são divergentes em todas as atividades, sendo elas: arrumar a cama (81,4% e 11,6%); cozinhar (41,0% e 11,4%); lavar a louça (76,8% e 12,5%); limpar a casa (65,6% e 11,4%); lavar a roupa (28,8% e 6,4%); passar a roupa (21,8% e 6,2%); e cuidar dos irmãos (34,6% e 10,0%). Essa distribuição das atividades mostra uma desigualdade determinada por gênero, tornando as meninas encarregadas pelas tarefas domésticas, o que faz com que meninos tenham mais tempo para outras atividades como brincar e estudar (Plan Internacional Brasil, 2013). Skinner (1953) argumenta que a família, entendida como uma subagência controladora, utiliza de técnicas de controle para estabelecer padrões de comportamentos nos demais membros. Sobre a dominação masculina, logo na esfera familiar o comportamento dos indivíduos é modelado diferencialmente de acordo com o gênero, favorecendo o desenvolvimento de repertórios dos meninos e restringindo as tarefas femininas a cuidados.

Em síntese, o ambiente social estabelecido pelo controle disposto pelas agências serve como um contexto das práticas de violência simbólica, pois as agências e subagências controladoras valem-se de técnicas de controle que aumentam a probabilidade de os indivíduos se comportarem de formas condizentes com as práticas culturais de dominação masculina. Mesmo que essas agências controladoras possam fazer uso de regras (uma descrição verbal, por vezes incompleta, de contingências), na forma de leis ou mandamentos, as contingências controladoras no tocante ao gênero podem ainda ser inconspícuas. Entre os possíveis motivos para isso, está o fato de que o reforçamento diferencial em função do gênero não é explicitado na formulação da regra (em tese, homens e mulheres poderiam concorrer igualmente a cargos públicos e a determinadas vagas de emprego), ou quando o é (como no caso de alguns preceitos religiosos), não são dispostas, pelas agências, contingências sociais verbais que contribuem para uma discriminação das consequências diferenciais especificadas nessas regras em termos de poder e privilégio para homens e mulheres, encorajando apenas a obediência incauta às regras.

Mas, além de estabelecer práticas culturais de violência simbólica, as mesmas agências controladoras também são responsáveis pela perpetuação dessas práticas, contribuindo para

a sobrevivência da cultura de dominação masculina. Para compreender a manutenção dessa cultura, é necessário também examinar as consequências que as práticas de violência simbólica exercem sobre determinados grupos na sociedade.

### **POR QUE A CULTURA DE DOMINAÇÃO MASCULINA SOBREVIVE?**

Skinner (1971, 1989) argumenta que práticas culturais continuam sobrevivendo se ajudam os membros que adotam essas práticas a resolver seus problemas. Aplicando esse princípio à cultura de dominação masculina, um primeiro questionamento que surge é quais grupos, ou quais membros de um dado grupo, estão se beneficiando com práticas de violência simbólica, ou melhor, problemas de *quem* tais práticas estão ajudando a resolver?

Skinner (1953) destaca que “algumas maneiras e costumes fazem parte do grupo, mas suas consequências não têm efeito direto sobre o grupo, porém, quando são perpetuadas por um governo, religião ou agência educacional, podemos olhar mais facilmente para os benefícios que trazem a essas agências” (p. 416). A dominação masculina parece ser benéfica para as próprias agências, pois seus principais representantes são homens. Por exemplo, no contexto governamental, um mapeamento das mulheres na política, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), demonstrou que no Brasil, no início do ano de 2017, mulheres ocupavam 10,7% dos cargos de liderança na Câmara e 14,8% no Senado. No que se trata da presidência de um país, o número é ainda menor: em 2010, pela primeira vez na história uma mulher foi eleita como presidenta da República Federativa do Brasil (Brasil, 2016).

Já no que diz respeito à agência econômica, uma pesquisa realizada por Talenses e Insuper (2018) investigou a participação de mulheres em cargos de lideranças em empresas no Brasil. Os dados demonstraram que das 286 empresas analisadas com sede no Brasil, apenas 18% possuem mulheres como presidentes, 18% são vice-presidentes, 21% são diretoras e 12% são conselheiras. Isso mostra a predominância dos homens em cargos de liderança em empresas, o que tem um impacto na forma com que se organiza a agência de controle econômica.

A agência religiosa, em especial o cristianismo, é majoritariamente comandada por líderes homens. A hierarquia cardeal da igreja católica é constituída por padres, bispos, arcebispos, patriarcas, cardeais e papas – sendo todos eles exclusivamente homens; em igrejas evangélicas, a maioria dos indivíduos em posição de liderança, como pastores, são homens. As escrituras bíblicas são utilizadas como justificativas para que apenas os homens ocupem posições de liderança (Souza, 2004).

No que se refere à agência educacional, a participação de mulheres decai conforme sobe o nível de prestígio das posições no meio escolar e acadêmico. Uma pesquisa realizada no Brasil constatou que 70% dos egressos de cursos de pós-graduação em Análise do Comportamento são mulheres, porém, o percentual é reduzido para 60% no que diz respeito a publicações em periódicos, 51,20% na docência em programas de pós-graduação, 39,02% na editoria de periódicos científicos e 32% em bolsas de produtividade de pesquisa. Com base nesses dados, é possível verificar que, embora essa área da psicologia seja constituída majoritariamente por mulheres, a participação de mulheres decai conforme aumenta a posição de prestígio da atividade (Laurenti, Jesus, Nogueira, Sales, Risolia, & Strapasson, 2019).

Uma vez que a cultura de dominação masculina ajuda a resolver os problemas de um dado grupo, no caso das agências controladoras, resta saber, então, quais são esses problemas. Os exemplos supracitados sugerem que o “problema” dos representantes das agências controladoras, na maioria homens, é manter seu poder e o sistema de privilégios, valendo-se,

para isso, de diferentes formas de controle do comportamento, como o reforçamento diferencial e o controle ético. Nesse sentido, a relação entre a cultura da dominação masculina e as agências controladoras parece ser uma via de “mão dupla”: as agências transmitem práticas de dominação masculina, dentre elas as de violência simbólica, e como essas práticas beneficiam os homens, que são majoritariamente os representantes das agências, propiciando a eles um maior acesso e controle a reforçadores sociais importantes, a própria agência acaba se configurando como uma instância da cultura de dominação masculina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação masculina pode ser compreendida como uma cultura, da qual fazem parte diversas práticas, dentre elas as de violência simbólica, tais como: a divisão de espaços e de atividades entre gêneros, inferiorização da feminilidade, conformidade aos padrões de beleza, e práticas relacionadas à sexualidade. As práticas de violência simbólica também geram produtos específicos, como impotência aprendida, intuição feminina, submissão encantada, que afetam a autoestima, autoconfiança e os padrões emocionais das mulheres.

Trata-se de práticas *violentas*, pois envolvem controle coercitivo, o que implica em uma redução das possibilidades de escolhas genuínas das mulheres e interações sociais que não atendem aos interesses de ambos os gêneros de forma equitativa (Nicolodi & Arantes, 2019). Essa violência é *simbólica*, pois compreende controles sociais mais sutis e, por vezes inconscientes, de comportamento (Ruiz, 2003), como o reforçamento diferencial de acordo com gênero – distinguindo o que é masculino e feminino (em termos de espaços, corpos, atividades, indumentária, sentimentos, habilidades, capacidades) –, acompanhado de um controle ético (classificação de comportamentos) que valora negativamente o que é considerado “feminino”.

A despeito da variedade de práticas e comportamentos que integram a cultura da dominação masculina, eles parecem ter uma função similar, que é elucidada olhando-se para o contexto e as consequências culturais. O contexto dessas práticas é, em parte, produto do controle social exercido pelas agências controladoras (e.g., educação, religião, governo, economia) e subagências (e.g., família), que difundem práticas de violência simbólica, propiciando aos homens um maior controle e acesso a importantes reforçadores sociais. As práticas de violência simbólica são mantidas por consequências favoráveis à sobrevivência da cultura de dominação masculina, beneficiando alguns grupos comandados majoritariamente por homens, como as agências controladoras, por meio da manutenção de poder e privilégios masculinos.

Dessa proposta, decorrem algumas implicações teóricas e sociais. Primeiramente, analisar a dominação masculina na estrutura da contingência cultural de três termos possibilita dar relevo ao fato de que os repertórios de homens e mulheres, que transmitem as práticas de violência simbólica, são aprendidos, e que isso se mantém devido a um benefício para determinados agentes da sociedade. Por conseguinte, são excluídas explicações essencialistas comumente associadas à dominação masculina – a atribuição de “essências” características de homens e mulheres, o que leva à ideia de que diferenças sociais e desigualdades entre gêneros seriam naturais.

Em segundo lugar, compreender que existem relações de poder entre grupos em uma dada cultura, e que práticas culturais podem permanecer porque favorecem a manutenção de certas relações de poder, enfatiza a necessidade de inserir de modo mais explícito e sistemático uma dimensão política no estudo da cultura e, sobretudo, nas reflexões éticas em Análise do Comportamento (Lopes, Laurenti, & Abib, 2018). A inclusão de aspectos políticos, como

poder e privilégio, no estudo da cultura demonstra a importância de identificar práticas e comportamentos de dominação masculina para possibilitar a elaboração de estratégias políticas visando o enfraquecimento e, em última instância, o perecimento dessa cultura. Assim, a defesa da sobrevivência da cultura como o valor ético primordial precisa levar em consideração que há culturas que estão sobrevivendo (i.e., mantendo-se ao longo do tempo por meio de diferentes mecanismos de transmissão) e que apresentam altos índices de injustiça social. É o caso da cultura de dominação masculina, que estabelece um controle e acesso desigual a reforçadores entre os gêneros, valendo-se, inclusive, de diferentes formas de violência (conspícuas e tácitas) como estratégia de manutenção e perpetuação.

Vale destacar que os campos de atuação do movimento feminista são exemplos de combate e enfrentamento da cultura de dominação masculina e que promoveram, inclusive no Brasil, inúmeras conquistas de ordem econômica, social, sexual, educacional, epistemológica e política (Carneiro, 2003; Rago, 2001). Todavia, essas conquistas não significam a completa erosão da cultura de dominação masculina. Há muito ainda a ser feito e enfrentado, em especial, as violentas reações contra as tentativas de desconstrução de sistemas assimétricos de poder e privilégio em função do gênero. Trata-se de um contracontrole que pode surgir em decorrência do caráter aversivo da perda de poder e privilégios, como destaca Hooks (2000/2018): “Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto” (p. 13).

Uma aproximação da Análise do Comportamento com o feminismo pode enriquecer a discussão comportamentalista sobre a cultura agregando a ela uma dimensão política, como elucidado no estudo da dominação masculina. Não obstante esse aspecto, este trabalho tem limitações que precisam ser exploradas em pesquisas ulteriores. Por exemplo, este estudo deu relevo ao papel das agências controladoras na disseminação das práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina. No entanto, é preciso ainda discutir se uma sociedade com relações igualitárias substantivas entre gêneros poderia ser alcançada no âmbito de oportunidades iguais no escopo das agências ou demandaria outra forma de organização e controle social. A ênfase dada às diferentes expressões da dominação masculina na sociedade atual precisa ser complementada com reflexões sobre desigualdades socioeconômicas, para que o entendimento da justiça de gênero seja adensado com a discussão sobre projetos de transformação político-econômica e de justiça distributiva (Fraser, 2007).

Outro ponto que poderia ser explorado em trabalhos futuros é a necessidade de passar o estudo da cultura por marcadores sociais como raça/etnia, classe, orientação sexual (Hooks, 2000/2018; Mizael, 2019). Desse modo, muitas das análises aqui apresentadas precisam ser ponderadas em função dessa perspectiva interseccional, discutindo-se as diferentes configurações de opressão de mulheres. Os dados relativos às desigualdades entre gêneros no âmbito do trabalho, educação, política, sexualidade, estética, exibem nuances diferenciadas quando se leva em conta, por exemplo, a condição das mulheres negras no Brasil (Carneiro, 2003). Nesse caso, as diferenças de controle e acesso a reforçadores não se verificam apenas entre homens e mulheres, mas entre mulheres brancas e negras, com prejuízo para as últimas (Carneiro, 2003; Mizael, 2019).

Este estudo não teve, portanto, a pretensão de esgotar as possibilidades de análise da cultura de dominação masculina, seja no âmbito de seu modo próprio de funcionamento, seja sondando o seu entrelaçamento com outras práticas culturais (racistas, homofóbicas, neoliberais etc.). A despeito dessas limitações, espera-se que a interpretação apresentada possa abrir

caminhos para outras discussões sobre análise comportamental da cultura na interface com os estudos feministas, tanto por meio da ferramenta conceitual aqui utilizada (contingência cultural de três termos) quanto invocando outros conceitos de cultura, afeitos (Glenn, 1986) ou não (Guerin, 2016) ao modelo de seleção pelas consequências.

## REFERÊNCIAS

- Apfelbaum, E. C. (2009). Dominação. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 76-80). São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Andrade, V. R. P. (2005). A soberania patriarcal: O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 51, 71-102. doi: 10.5007/%25x
- Baére, F. de, & Zanello, V. (2018). O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. *Estudos de Psicologia*, 23(2), 168-178. doi: 10.22491/1678-4669.20180017
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Berta, M., Ornelas, J. H., & Maria, S. G. (2007). Sobreviver ao medo da violação: Constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica*, 25(1), 135-147.
- Bourdieu, P. (2017). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).
- Brasil. (2016). Mais Mulheres na Política. Brasília: Senado Federal. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>
- Burkhart, T. (2017). Gênero, dominação masculina e feminismo: Por uma teoria feminista do direito. *Direito em Debate*, 47, 205-224. doi: 10.21527/2176-6622.2017.47.205-224
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.
- Carrara, K., & Zilio, D. (2015). Análise comportamental da cultura: Contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 135-146. doi: 10.18542/rebac.v11i2.1944
- Carrara, K. (2016). Consequências nas práticas culturais: Efeitos sobre indivíduos ou grupos? *Interação em Psicologia*, 20(3), 246-256. doi: 10.5380/psi.v20i3.47378
- Carvalho Neto, M. B., Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27-44.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: 10.18761/PAC.2016.047
- De Lazari, J. S. (1991). Inferioridade feminina: O (des)enredo da violência. *Revista de Ciências Humanas*, 7(10), 72-88.
- Delphy, C. (2009). Patriarcado (teorias do). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 173-178). São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Díaz, C. (2009). Why is women’s progress in science careers so slow?. In *Breaking the glass ceiling: Proposals to adjust the role of women in science* (pp. 6-10). Barcelona: IRB

- Dove (2017). *Girls and beauty confidence: The global report*. Recuperado de [https://www.unilever.com/Images/dove-girls-beauty-confidence-report-infographic\\_tcm244-511240\\_en.pdf](https://www.unilever.com/Images/dove-girls-beauty-confidence-report-infographic_tcm244-511240_en.pdf)
- Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (L. Konder, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Trabalho original publicado em 1884).
- Estés, C. P. (1999). *Mulheres que correm com os lobos: Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Rio de Janeiro: ROCCO.
- Fontana, J. (2019). *Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina). Recuperado de <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020). Tríplice contingência cultural: Uma proposta de explicação comportamental da cultura. *Revista Interação em Psicologia*, 24(3) (no prelo).
- Fraser, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, 15(2), 291-308. doi:10.1007/978-3-531-90382-8\_2
- Freitas, J. C. C., & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126.
- Glenn, S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1-2), 2-8.
- Guerin, B. (2016). *How to rethink human behavior: A practical guide to social contextual analysis*. London: Routledge.
- G1. (2016). *Seis em cada dez mulheres brasileiras fingem ou já fingiram ter um orgasmo*. Retirado de <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/07/seis-em-cada-dez-mulheres-brasileiras-fingem-ou-ja-fingiram-ter-um-orgasmo.html>
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é pra todo mundo: Políticas arrebatadoras* (A. L. Libânio, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos (Obra original publicada em 2000).
- Hunziker, M. H. L. (2017). Dogmas sobre o controle aversivo. *Acta Comportamentalia*, 25, 85-100.
- Jong, L., Sadala, M., & Tanaka, A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: Relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(4), 744-751. doi: 10.1590/S0080-62342008000400018
- Laurenti, C., Jesus, L. S., Nogueira, L. N., Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251-268.
- Leite, M. P. (2017). Gênero e trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. *Revista Ciências do Trabalho*, 8, 45-60.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2ª ed.). Curitiba: Editora CRV.
- Marçal, K. (2017). *O lado invisível da economia: Uma visão feminista*. São Paulo: Alaúde Editorial.
- Melo, C. M., & de Rose, J. C. C. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: Um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 119-128. doi: 10.1590/S0102-37722012000100015

- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In R. Pinheiro, & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-63). Fortaleza: Imagine publicações.
- Newsom, J. S., Congdon, J., Anthony, J., Scully, R. K., Ehrmann, J., Kimmel, M. S., Heldman, C., ... Representation Project (Organization). (2015). *The mask you live in* [Documentary].
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: Contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro, & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 64-83). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Oliveira, Z. L. C. de. (2005). A provisão da família: Redefinição ou manutenção de papéis? In C. Araújo & C. Scalon (Orgs.), *Gênero, família, e trabalho no Brasil* (pp. 123-147). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Oliveira, S. R. C., & Abdo, C. H. N. (1996). The sexuality project (pro-sex) of the institute of psychiatry of the HCFMUSP: First year of activities. *São Paulo Medical Journal*, *114*(4), 1208-1215.
- Organização das Nações Unidas [ONU Mujeres] (2017). *Mujeres em la politica: 2017*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mapa-mulheres-na-politica-2017>
- Pasinato, W. (2015). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: As percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, *11*(2), 407-428. doi: 10.1590/1808-2432201518
- Plan International Brasil (2013). *Por ser menina no Brasil: Crescendo entre direitos e violências*. Recuperado de [http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por\\_ser\\_menina\\_resumoexecutivo2014.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf)
- Publica. (2019). *Mulheres virtuosas*. Retirado de <https://apublica.org/2019/05/mulheres-virtuosas/#Link2>
- Rago, M. (2001). Feminizar é preciso: Por uma cultura filógena. *São Paulo em Perspectiva*, *15*(3), 58-66.
- Rodrigues, M. E., Nascimento, G. B., & Nonato, E. M. N. A. (2015). A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso. *Identidade!*, *20*(1), 78-97.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, *4*(1), 12-16. doi: 10.1037/h0100005
- Silva, C. A. D., Barros, F., Halpern, S. C., & Silva, L. A. D. (1999). Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. *Cadernos de Pesquisa*, *107*, 207-225.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas*, *7*(2), 197-211. doi: 10.18761/pac.2016.009
- Silveira, J. M., & Almeida, L. (2010). O inconsciente na interpretação clínica analítico-comportamental. *Revista da Abordagem Gestáltica*, *16*(1), 64-72.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 477-510. (Original publicado em 1981).
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill.
- Souza, L. A. G. (2004). As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, 18(52), 77-95. doi: 10.1590/S0103-40142004000300007
- Talenses & Insper (2018). *Panorama mulher: A presença de mulheres em cargos de liderança nas organizações do Brasil*. Recuperado de <http://online.fliphtml5.com/aqcuu/zouc/#p=1>
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. In J. W. Kanter, M. Tsai & R. J. Kohlenberg (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-122). New York: Springer.
- Vianna, C., & Finco, D. (2009). Meninas e meninos na educação infantil: Uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, 33, 265-283. doi: 10.1590/S0104-83332009000200010
- Wolf, N. (1992). *O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (W. Barcellos, trad.). Rio de Janeiro: Rocco. (Original publicado em 1991).
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: Facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>
- Zilio, D. (2016). Seleccionismo, metáforas e práticas culturais: Haveria um terceiro tipo de seleção no nível cultural? *Interação em Psicologia*, 20(3), 268-278. doi: 10.5380/psi.v20i3.47398

(Received: February 17, 2020; Accepted: July 22, 2020)

<sup>1</sup>Embora não seja o objetivo deste artigo, vale mencionar que a escolha da contingência cultural de três termos, em detrimento de outras explicações já existentes no escopo teórico da Análise do Comportamento, justifica-se pelo fato de que essa ferramenta leva em conta uma temporalidade que não está restrita à do comportamento operante (tempo de vida do indivíduo), ultrapassando, outrossim, o que se possa explicar de acordo com o conceito de comportamento social. A proposta abre espaço, inclusive, para a discussão do papel de relações de poder e privilégio presentes na cultura (ver Fontana & Laurenti, 2020).

<sup>2</sup>A noção de “simbólico”, que qualifica o tipo de violência enfatizado nas discussões de Bourdieu (1998/2017), está sendo elucidada por meio da ideia de contingências sutis e inconspícuas, tal como destacada por Ruiz (2003). Certamente, essas contingências sutis e inconspícuas podem envolver outros aspectos e processos comportamentais que não foram incluídos na discussão, como comportamento simbólico, equivalência de estímulos, entre outros (ver Freitas & Morais, 2019).

<sup>3</sup>Embora alguns autores discutam de maneira mais sistemática as possíveis origens da cultura de dominação masculina desde os seus primórdios (e.g., De Lazari, 1991; Engels, 1884/1984), neste trabalho o foco não será tratar a dominação masculina dessa perspectiva historiográfica ou genealógica, mas compreender como algumas práticas dessa cultura, em particular as de violência simbólica, se dão em sociedades contemporâneas, cuja organização social é protagonizada por agências controladoras.